

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : 9 GLOBO

CLASS. : 208

DATA : 15 08 87

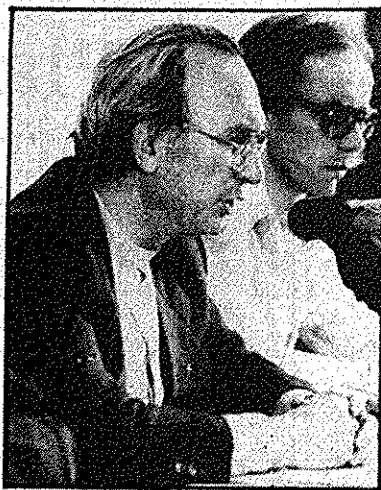
PG. : 6

Dom Luciano pede a instalação imediata de CPI

BRASÍLIA — O Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Luciano Mendes de Almeida, quer que "seja instalada logo" a CPI para apurar as denúncias de que a Igreja, através do Cimi, (Conselho Indigenista Missionário), integraria um movimento internacional para que o Brasil tivesse apenas "soberania restrita" sobre áreas indígenas. "Não temos medo da verdade. Ao contrário, esperamos que a CPI acelere o conhecimento completo da verdade", afirmou Dom Luciano.

Ontem, o Presidente da CNBB esteve com o Ministro do Gabinete Civil, Costa Couto, e do Gabinete Militar, Bayma Denis, para entregar documentos — que pediu para serem encaminhados ao Presidente Sarney — sobre a posição da Igreja brasileira e do Conselho Mundial de Igrejas sobre a questão indígena. Os dois ministros, segundo Dom Luciano, "não estão se deixando influenciar pela campanha difamatória e continuam a pesquisa para delectar a origem das informações e constatar o que há de verdade nos acontecimentos".

Dom Luciano Mendes também anunciou que a CNBB vai ingressar com ação por crimes de difamação e injúria contra o jornal "O Estado de S. Paulo" — autor das acusações numa série de reportagens —, além de exigir o direito de resposta. Em



Dom Luciano quer a CPI logo

nota oficial que divulgou ontem, a CNBB afirma que "o que se esconde atrás da escandalosa campanha difamatória" contra o Cimi é a "ambição das companhias mineradoras, decididas a remover qualquer salvaguarda legal à exploração dos minérios em áreas indígenas".

Para o Presidente da CNBB, "é difícil" atribuir a responsabilidade das denúncias ao conjunto das mineradoras porque essas empresas são necessárias ao desenvolvimento nacional. Apenas entende que o trabalho delas não deve ocorrer em terras in-

dígenas e que há terras no Brasil ainda inexploradas que poderiam servir às companhias de mineração.

O Presidente da CNBB defendeu o trabalho realizado pelo Cimi que, afirmou, não tem nenhuma relação com organizações econômicas internacionais. Ele defendeu também o Conselho Mundial de Igrejas — acusado de liderar o movimento contra o Brasil —, afirmando que a entidade "nunca procurou se imiscuir em questões internas do País". Dom Luciano entregou no Palácio do Planalto o único documento do CMI sobre a questão indígena, aprovado numa reunião em julho de 1982, onde afirma seu compromisso com a luta dos índios pela posse de suas terras.

Dom Luciano Mendes negou também que tenha havido uma reunião entre representantes da CNBB e do Cimi com o Presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Brasil, Mauro R. Nogueira, onde, de acordo com "O Estado de São Paulo", teriam ficado claros os interesses da Igreja nos territórios indígenas. Segundo o Presidente da CNBB, os diálogos publicados foram "forjados e montados" pelo jornal.

Na nota oficial divulgada ontem, a CNBB reafirma seu compromisso com a causa dos índios e mantém a esperança de que seus direitos sejam plenamente assegurados na futura Constituição.